

Uma mudança de governo no contexto da pandemia global nas políticas públicas de Educação Superior na Argentina (de dezembro de 2019 a julho de 2020)

SILVIA LLOMOVATTE
JUDITH NAIDORF

Introdução

A mudança de governo, a partir do 10 de dezembro de 2019, encontrou o país em uma situação de grave dívida de longo prazo, somada à desmontagem de programas e projetos que colocaram em xeque à educação argentina em todos seus níveis; em outras palavras: o resultado da perturbação dos eixos prioritários recorridos para a direita privatizadora e neoliberal.

No nível da Educação Superior podem se destacar alguns marcos relevantes, produto das políticas desenvolvidas pelo governo anterior: o afogamento financeiro das universidades públicas, principalmente as recentemente criadas; a desmontagem de programas de bolsas e apoios econômicos a estudantes de sectores vulneráveis e, em geral, à primeira geração de universitários nas suas famílias. A diminuição brutal do ritmo de crescimento do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas da Argentina (CONICET), que antes tinha permitido às universidades se nutrir de científicos formados, demorou o pagamento de subsídios, favoreceu a desatualização deles, promoveu o ataque da mídia e o desprestígio da atividade universitária pública estadual, e seu caráter inclusivo nos direitos em relação à participação dos sectores vulneráveis, pretendendo assim a equiparação do sistema público e privado

através de programas de incentivos, que, somando a eliminação de uma legislação protetora, provocou que as universidades públicas se transformaram em consultoras privilegiadas do Estado, além de outras labores.

Em artigos anteriores falamos sobre como o governo de Mauricio Macri (2015-2019) criou diferentes ferramentas, como o *Sistema Nacional de Profesores Investigadores*, com a pretensão de avançar a uma harmonização dos chamados subsistemas público e privado. Isso pode se observar na possibilidade de unir as tarefas dos professores de universidades públicas e privadas em um mecanismo de hierarquização, sem avisar que os objetivos, finalidades, e sentidos de ambos sistemas, são totalmente diferentes e precisam ser definidos na sua contribuição no desenvolvimento nacional (Naidorf; Perrotta; Riccono; Nápoli, 2020).

Por último, os institutos públicos centenários de formação de professores foram parcialmente eliminados e debilitados em algumas províncias, o caso emblemático foi a criação da UNICABA na Cidade Autónoma de Buenos Aires,¹ e outros, forçados a virar nas costas dos seus protagonistas. Um destrato ao público, uma olhada ceocrática,² assim como o medo infundido no pessoal administrativo dos ministérios,

somado aos despedidos e à restrição ao acesso ao próprio Ministério de Educação, foram parte da situação herdada.

Muitos dos projetos planejados e começados sofreram atrasos e mudanças devido às prioridades instaladas pelo COVID-19, e a rápida quarentena absoluta que atrasou e minguou o contágio no marco de um governo que, a três meses da sua instalação, está lidando com um grande global ameaçador e desconhecido.

Atualmente, a visão geral de atraso, em conquistas longamente ganhadas, não impediu a entrada esperada e comprometida à nova gestão de pedagogos e pedagogas de renome nacional e internacional na ocupação de cargos de gestão que acompanham ao ministro da carteira educativa.

Da mesma forma, é possível dar conta de algumas ações que não só tenderam a paliar a grave situação de importância global e regional, senão que também assentaram as bases para desenvolver, no futuro, no cenário da post-pandemia, uma nova visão em matéria de políticas educativas.

Ações do novo governo, e de outros atores, nos níveis superior e universitário no contexto da pandemia: novidades legislativas e resoluções executivas

O Poder Legislativo

A mudança de governo na Argentina transformou a correlação de forças nas câmaras de deputados e senadores. As sessões ordinárias do Congresso Nacional começaram em março de 2020.

Entre as novidades desse curto tempo, e marcando o foco nas políticas da Educação Superior, se destaca o anúncio presidencial no discurso de abertura da as-

sembleia legislativa do mês de março, no início da agenda de uma nova Lei de Educação Superior. A proposta pelo debate incluiu, na sua alocação, o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a comunidade, assim como sua contribuição no desenvolvimento produtivo do país (Cuschnir, Naidorf, 2020), entre outros eixos centrais que foram postos em debate nos anos anteriores, e diluídos por completo no governo de Mauricio Macri.

A atual Lei 24.521 (LES) que regula o sistema de Educação Superior argentino desde 1995, e que conta já um quarto de século apesar da grande quantidade de críticas que acumula, foi promulgada pese à resistência do movimento estudantil, dos professores e dos reitores, que não duvidaram mobilizar e notificar sua oposição. A noção de direito educativo foi substituída pela de “serviço educativo”, evidenciando o sesgo neoliberal de um Estado que priorizou o protagonismo de mercado (Cuschnir, Naidorf, 2020). Da mesma forma, o papel do Estado se orientou, em termos de avaliação e respostas, às demandas do mercado laboral.

Sobre a formação profissional enquadrada na lei, de acordo a Juarros, Llomovatte e Cappellacci (2017):

Causa impressão que a atualização e o aperfeiçoamento profissional sejam um direito, assim como uma obrigação (art. 11 y art. 12), que não devem se limitar só à capacitação na área específica e pedagógica, senão que precisam, também, englobar o treinamento interdisciplinar (art. 37), o que afirma que é preciso cumprir as exigências que a carreira acadêmica fixa sem maiores especificações nem condições para poder fazê-lo (p. 4).

Como um corolário, se permitiu eliminar a gratuidade universitária através de um novo regime de acesso, permanência e egresso, que colocou em xeque a con-

solidação histórica do livre acesso às universidades.

Desde sua sanção, até a atualidade, se tem feito diferentes modificações no articulado da LES, produto de intensos debates parlamentários que, inclusive, procuraram substituí-la sem atingir seu objetivo.

Uma vez declarada a quarentena, à semana do anúncio, as sessões legislativas foram suspendidas na Argentina. Um intenso debate marcou o reinício das sessões em forma virtual, principalmente por pressões de grupos do empresariado e concentrados com representação nas câmaras, que não queriam o imposto extraordinário aos grandes ganhos proposto pelo sector oficialista.

O reinício das sessões legislativas teve lugar, finalmente, no 14 de maio. Podem se destacar três avanços chave que se lograram em esse contexto: a *Lei de Teletrabajo* (com meia sanção na Câmara de Deputados), a modificação da *Lei de Promoção da Economía do Conhecimento* (com meia sanção na Câmara de Deputados), e a modificação da Lei de Educação, que habilita a educação a distância em todos os níveis (parecer favorável na Câmara de Deputados do 19 de maio). Sobre a primeira, se propõe um novo Regime de Teletrabajo que:

Tem por finalidade a regulação do exercício de teletrabajo em função da ótima prestação do trabalho, a preservação dos direitos do/da trabajador/a envolvido, o estabelecimento dos direitos e obrigações do/da trabajador/a e empregador/a para o exercício de esse modo de execução da obrigação laboral, a garantia de estabilidade e previsibilidade para o exercício da relação laboral em benefício do trabajador/a, a plena garantia de cumprimento dos direitos, específicos à execução da forma de teletrabajo, como inerentes a sua condição” (Boletim oficial, 2020).³

Essa lei permite regulamentar o trabalho virtual -desde casa- que tem substituído a tarefa de ensino presencial na Educação Superior (assim como de outros níveis); os e as professoras não só precisam se atualizar na implementação rápida da tecnologia no ditado das classes, senão que precisam adaptar os conteúdos e planos de estudo iniciando o funcionamento das tarefas de formação. De esta forma, se possibilitou a continuidade pedagógica nas universidades e se avançou para uma regulação chave em matéria de direitos: poder “desligar” o direito a organizar suas horas de dedicação em função de suas necessidades, a garantia da provisão do necessário para desenvolver suas tarefas, entre outros.

A segunda iniciativa propôs modificar a Lei 27.506 através da qual se criou o *Regime de Promoção da Economía do Conhecimento*.⁴ A mesma tem como objetivo encorajar as atividades econômicas que aplicam o uso do conhecimento e a digitalização da informação, principalmente na produção industrial de Software; de essa maneira, se propõe transformar a informação para produzir um valor e conhecimento que possa ser exportado ou aplicado na indústria local. O debate ao redor da produção da ciência aplicada para o desenvolvimento local, tem sido de vital importância na hora de refletir sobre as políticas científicas atuais que se acham soberanas, e que permitem o caminho à consolidação de um sector produtivo chave. Em termos gerais, a modificação da lei propõe encorajar sectores locais para a criação de PME a partir de um fundo de segurança para a formação profissional e financiamento de inversões produtivas, entre outros avanços, em matéria impositiva e administrativa no atual contexto.

Por último, queremos destacar que se mudou o Artigo 109 da *Lei 26.206* de Educação Nacional, somando a possibilidade de educação a distância:

Excepcionalmente, prévia declaração fundada do Ministério de Educação de acordo com o Conselho Federal de Educação, ou com a jurisdição segundo corresponda, quando a escolaridade presencial -total ou parcial- for inviável, e só no caso de epidemias, pandemias, desastres ou razões de força maior que impedem a concorrência nos estabelecimentos educativos, só em esses casos vai se permitir, transitoriamente, o desenvolvimento de trajetórias educativas a distância nos níveis e nas modalidades da educação obrigatória para menores de dezoito (18) anos de idade (Boletim Oficial, 2020).⁵

Para essa questão, se destacou o nível de reorganização pedagógica do regime acadêmico e do treinamento de professor vigente, assim como a provisão de recursos tecnológicos e conectividade que promovem a igualdade educativa em condições de qualidade (Boletim oficial, 2020).

De esta maneira, se faz evidente a postura do governo atual em quanto o enfrentamento de uma pandemia, e também implica propor soluções através de mecanismos legislativos e o funcionamento do aparelho estadual que pega os problemas que surgem.

O Poder Executivo

O mês de janeiro na Argentina corresponde às férias de verão, que não permitem o descanso do gabinete do Poder Executivo. Os profundos problemas herdados, as dívidas nem só financeiras senão também sociais, sanitárias, e educativas no contexto de mudança rotunda com uma cor política na província de Buenos Aires (que representa quase o 30 % da economia nacional e similar quantidade populacional), no nacional, e nos novos perfis de sus dirigentes, assim foi exigido.

O Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação produtiva recuperou o status com o novo governo. Lembremos que no governo anterior a Mauricio Macri tinha sido baixado ao grau de Secretaria, no ano 2018, logo de anos de desenvolvimento e trabalho como Ministério desde 2007.

A conversão da Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica, antes sob a órbita do Ministério, na Agência Nacional de Promoção da Pesquisa, com o desenvolvimento tecnológico e a inovação como organismo descentralizado com autarquia administrativa e funcional, é um exemplo do início de uma mudança de paradigma na orientação da ciência no país.

Da mesma forma, os atrasos na execução de orçamentos falidos, e a súbita queda na taxa de crescimento do pessoal científico e tecnológico, começou a se reverter a partir dos resultados comunicados e substanciados pelo Conselho Nacional de Pesquisas Científico Tecnológicas no mês de março, o que tem dobrado os ingressos à licenciatura de pesquisador científico ao respeito dos que houve nos dois anos anteriores.

Também se ampliou a quantidade de bolsas doutorais e pós-doutorais outorgadas por dito organismo, e se anunciou uma recuperação progressiva e substantiva do seu estipêndio até junho de 2020. Esse anúncio se fez em janeiro de 2020 com as palavras do ministro Roberto Salvarezza, a diretora do CONICET Ana Franchi, e o Chefe de Gabinete (2020):

O governo de Alberto Fernández vai aplicar um aumento progressivo de mais de 15 mil pesos para as bolsas doutorais do CONICET, que vai somar, além, ao lançamento de 400 bolsas extras que vão se somar no plantel atual (...). Pontualmente, as bolsas doutorais que se localizavam em 29,817 pesos vão chegar trás um aumento paulatino nos

45,430 pesos em junho, em tanto que as bolsas pós-doutorais (antes com um piso de 36.752 pesos), vão se pagar em esse mês 54,833 pesos.⁶

Da mesma forma, foi anunciado que a convocatória de ingressos ao organismo especializado na promoção da ciência vai ser de 800 cargos para pesquisadores e 300 para pessoal técnico, dobrando os números do governo anterior no atual chamado para julho.⁷

A mudança de signo em matéria de políticas científicas e Educação Superior, permite supor o retorno a uma valoração da tarefa dos e das pesquisadoras, estudantes, e de toda a comunidade científica. Fica pendente a recuperação do 40% do poder aquisitivo dos pesquisadores perdidos durante os anos do macrismo.

Para fechar o apartado, queremos destacar as palavras ditas pelo presidente Alberto Fernández no tradicional juramento da bandeira nacional do 20 de junho, em comemoração à morte do nosso herói Manuel Belgrano, criador do mesmo. Com a presença do ministro de Educação, entre outros, foi sentenciado (2020):

Em esse tempo singular da Argentina assediada pela pandemia, e em um país punido pela desigualdade e o esquecimento ao que têm sido condenados milhões de argentinos, Belgrano me inspira pensar que os argentinos podemos fazer a utopia de um país melhor. (...) Foi um homem grande que compreendeu que na educação estava o futuro, que no desenvolvimento estava o futuro, e que na igualdade estava o futuro.⁸

Com esses conceitos em vista: educação, desenvolvimento, igualdade e futuro, destacamos o anúncio do retorno a uma política educativa integral que precisa se aprofundar na realidade da pós-pandemia.

Ministério de Educação da Nação

Durante o governo anterior, o Ministério de Educação mudou frequentemente de nome e de funções: de 2015 a 2017 foi, curiosamente, Ministério de Educação e Esportes; de 2017 a 2018 voltou a ser, com escassas, sim algumas, explicações, Ministério de Educação; finalmente, de 2018 a 2019 se denominou Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, abrigando então a importante deterioração de todos os termos incluídos aqui.

Com o atual governo, como se falou na introdução, acedem à gestão desse ministério prestigiosos especialistas, pedagogos e pedagogas. Entre eles podemos mencionar, a maneira de exemplo e ilustração, a Adriana Puiggrós, a cargo da Secretaria de Educação como virtual vice-ministra de Educação; a Gabriela Diker na Secretaria de Informação e Avaliação Educativa; a Pablo Gentili a cargo da Secretaria de Cooperação Educativa e Ações Prioritárias; a Graciela Morgade a cargo da Subsecretaria de Participação e Democratização Educativa que integra dita Secretaria; e a Jaime Perczyk na Secretaria de Políticas Universitárias.

É muito importante também a presença de Mercedes Leal na guia do Instituto Nacional de Formação no Ensino –INFOD–, entre outras e outros reconhecidos especialistas.⁹ No panorama da Educação Superior, o INFOD recuperou seu lugar na liderança e avançada pedagógica, assim como uma visão renovada da avaliação educativa.

As áreas mencionadas, sem pretender expor uma análise exaustiva de uma realidade que está mudando na nossa frente quotidianamente devido a que é muito recente –menos de 6 meses de governo–, e ao cúmulo de urgências provocadas pela pandemia universal, contam entre suas propostas a conformação de ações interessantes, e promissores componentes,

relacionados intimamente com as políticas de Educação Superior e universitária, como pode se ver a continuação.

A Secretaria de Informação e Avaliação Educativa tem como eixo conceder contribuições à comunidade educativa, e à sociedade em geral, para contribuir à melhora contínua da educação. A Secretaria de Cooperação Educativa e Ações Prioritárias propõe elaborar e executar políticas públicas e ações de cooperação para garantir o pleno direito à Educação dentro e fora da escola.

No contexto da última, a Subsecretaria de Participação e Democratização Educativa tem entre seus objetivos, programas e projetos, alguns que são particularmente relevantes a nossa área de interesse. Alguns deles como o Programa Progressar, articulado com o INFOD, a Secretaria de Políticas Universitárias, e a Direção de Nível Secundário, que propõe garantir os termos educativos e o acesso ao nível superior de aquelas pessoas de maior vulnerabilidade social, estão dirigidos especialmente às mulheres com filho e/o filha que se encarreguem de uma casa como mães solteiras, e às e os membros das comunidades indígenas e as pessoas trans. De acordo aos últimos dados publicados (<http://data.educacion.gov.ar/reporte-indicadores.php>), se tem um 18,44% que abandona a escola de ensino secundário, escada que permite a abertura à Educação Superior nas suas diferentes modalidades. Mais outro dos seus objetivos se orienta em:

Contribuir à articulação e coordenação de políticas entre os Ministérios de Desenvolvimento Social, Trabalho e Educação, para dar resposta às demandas de formação dos diferentes espaços de cuidados na primeira infância e de pessoas maiores, articulados com diferentes instâncias intra e extra ministeriais (INFOD, Universidades Nacionais, INET, Ministério da Mulher, Géneros e Diver-

sidade, e a Direção de Educação Sexual Integral, Géneros e Direitos humanos do Ministério de Educação).

Por último, se faz menção, entre outros objetivos relevantes, ao desenvolvimento do nível superior e universitário democratizado aberto às necessidades dos sectores mais vulneráveis:

A implementação da Lei 26.877 de Centros de Estudantes, e o impulso da participação estudantil em instituições educativas e no planejamento e gestão das políticas que procuram garantir o direito à Educação no Nível Secundário e no Nível Superior (Institutos de Educação Superior).

Da mesma forma, as universidades públicas potenciaram suas ferramentas com intenção da inclusão, o cuidado e o acompanhamento nos vínculos virtuais possíveis com os estudantes, e as e os colegas. O INFOD, pela sua parte, tem se dedicado à elaboração de propostas educativas virtuais que recentemente se têm associado às propostas universitárias. As mesmas se focalizam no *desenvolvimento de capacidades* transversais nas diferentes áreas do conhecimento em quanto aos “modos de pensar, atuar e se vincular” dos alunos. Se destaca, em esse contexto de promoção, de práticas inovadoras, e de utilização das tecnologias da informação, da comunicação, e do “enfoque baseado na diversidade e a inclusão”.

Um exemplo evidente do início do funcionamento das novas ideias é o curso de “Pedagogia crítica e didática no ensino virtual” (<https://red.infod.edu.ar/articulos/curso-pedagogia-critica-y-didactica-en-la-ensenanza-virtual-aportes-al-trabajo-en-docencia-universitaria/>), uma proposta de formação virtual e gratuita que procura contribuir

no enquadramento pedagógico-didático da prática do ensino universitário; foi organizado pelo Instituto Nacional de Formação de Professores (INFOD) do Ministério da Educação da Nação, com a ativa participação da CONADU (Federação Nacional de professores universitários), na conformação da proposta e dos equipes de professores. O acordo permite dar em uma conceptualização entre professores trabalhadores a partir do vínculo universidade-sindicato. De acordo aos dados da CONADU (2020):

Dos primeiros dados relevados surge que os 5045 professores inscritos pertencem às 61 universidades públicas de todo o país. O 60% forma parte da classe auxiliar do ensino e 40% são professores. Além disso, aproximadamente 88% dos e das professoras que iniciaram a cursada estão dando aulas através de plataformas virtuais no atual contexto de isolamento.¹⁰

De esta forma, se expressa a vontade de um Estado que pretende recuperar a capacidade de ouvir seus trabalhadores da educação, e que responde e reconhece, em esse contexto, a necessidade de problematizar e trabalhar em torno a um projeto de ensino virtual.

Situações sem precedentes, medidas e programas provocados e inspirados pela pandemia na Educação Superior e Universitária

A quarentena inicial, declarada de maneira prudente na Argentina, produto da consequência internacional devastadora do COVID-19, surpreendeu à Educação Superior nos primeiros dias do ano letivo. Ao contrário do calendário acadêmico do Norte, que se encontrava na etapa final do mesmo, aqui a suspensão de aulas impactou na Educação Superior com es-

pecial, forjada e improvisada criatividade nos primeiros e nos últimos anos do ciclo das licenciaturas.

Pode se esclarecer que a Educação Superior inclui: a) Universidades e Institutos Universitários, estaduais ou privados autorizados, em concordância com a denominação estabelecida na *Lei núm. 24.521*. b) Institutos de Educação Superior de jurisdição nacional, provincial ou da Cidade Autónoma de Buenos Aires, de gestão estadual ou privada. A Dirección de Validez Nacional de Títulos e Estudios intervéem e gerencia a validez nacional dos títulos e certidões correspondentes aos estudos presenciais dos níveis Básico, Primário, Secundário e Superior, a exceção dos títulos e certidões correspondentes a estudos Universitários ou aos emitidos por instituições educativas dependentes das Universidades (<https://www.argentina.gob.ar/educacion/validez-titulos/glosario/superior>).

Nos primeiros anos, quem dá aulas de graduação universitária nos institutos de formação de ensino, ou inclusive na abertura de coorte do mestrado, lida com alunos que desconhecem a seus colegas, a nós mesmas e às próprias instituições nas que se inserem.

Nos últimos anos das licenciaturas, diferentes instituições precisaram sortear, de forma diferenciada, a opção de graduação e defesa de tese de graduação e pós-graduação, em um marco normativo que não contemplava dita modalidade.

As diferentes possibilidades de conectividade agregaram à tarefa de ensino a ampliação de vínculos individualizados a fim de conhecer as possibilidades dos alunos e professores, em virtude de uma decisão colegiada, e em consulta geral sobre as possibilidades reais do ditado de classes.

Nem todas as instituições reagiram em unísono para compreender similarmente o que é inclusão e direito à universidade.

As plataformas precisaram se ajustar à demanda e à recorrência de plataformas extra-universidade que pagam, num capítulo aparte, em torno ao dilema pré-existente dos donos da internet (Zuazo, 2018). Não é aqui o lugar para aprofundar em esse tema, mas é preciso fazer referência de um contexto mais amplo: o surgimento de interessantes e necessários debates sobre a soberania digital e a vigilância digital. Debates que com certeza vão se desenvolver no futuro próximo nas nossas casas de estudos universitários, assim como desde alguns dos ministérios de educação nos governos da região, entre eles, sem dúvida, o argentino.

Alguns exemplos de transformação da sua *cursada* para o modo online, no início das aulas, correspondem à decisão conjunta das universidades do conurbano de Buenos Aires. A Universidade de Buenos Aires, onde as autoras de esse texto realizam suas atividades acadêmicas na matéria de Pedagogia no primeiro ano da licenciatura em Ciências da Educação, e no mestrado em Educação, Pedagogias Críticas, e Problemáticas Educativas da Faculdade de Filosofia e Letras, tomou decisões diferenciadas. No primeiro lugar, o início do quadrimestre foi suspenso em duas oportunidades (abril e junho), e, por meio de uma cláusula de regulamento reitoral, foi permitido que cada uma das 13 faculdades fizera atividades pensadas em ser reconhecidas a posteriori. Pode se destacar que a Universidade de Buenos Aires –que fica, como a Universidade Nacional Autônoma de México, entre as mega-universidades a nível global- é a mais grande do país, com mais de 300 mil alunos e um perfil tradicional que a coloca nos primeiros lugares dos (questionados) *rankings* internacionais.

Cada faculdade iniciou a *cursada* segundo as decisões colegiadas e em conversação com os grêmios que tomaram posturas opostas entre eles. Alguns grêmios

consideraram que não estavam dadas as condições, aduzindo o impacto negativo nas condições laborais; outros grêmios optaram por acompanhar com ferramentas de formação e reivindicações paralelas pendentes ao início das aulas.

Outro exemplo, são as primeiras formaturas online dos alunos da Universidade Tecnológica Nacional, cuja demanda do Centro de Estudantes, contemplada pela gestão, deu sítio à exceção de essa modalidade nos alunos que só não tiveram acreditado uma ou duas matérias. A modalidade de defesa da tese de pós-graduação tem sido dissimile também. Algumas universidades e faculdades se aderiram, mais ou menos rapidamente, à disposição de fazer defesas de tese online não contempladas na sua regulamentação. As motivações foram, entre outras, as propostas de bolsas pós-doutorais, ou doutorais, cuja convocatória também foi adiada de maio a junho e, depois, de junho a julho.

A regulamentação dos órgãos de governo das universidades e dos organismos do reintegrado Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, que fora abolido no 2017 e subordinado à Secretaria, tem sido de exceção para os maiores e pessoas em risco no desempenho de suas atividades de ensino e pesquisa.

As instituições têm procurado, no geral, continuar apelando para o chamado direito à Educação Superior, e para o acompanhamento de professores e alunos em esse fato inesperado. O processo afeta as vidas de alunos em condições desiguais de conectividade, disponibilidade de espaços físicos, e contextos familiares, para realizar suas tarefas. Também os professores intensificaram os horários laborais em contextos diferentes, segundo as mesmas condições familiares que afetam aos alunos.

A situação macroeconômica, junto com a pandemia, tem provocado, no mês de maio, uma forte desvalorização da moeda

com consequências diretas na cidadania, e na capacidade dos laboratórios ao respeito da compra de insumos para a pesquisa. O vencimento de títulos públicos, e a renegociação da dívida com os fundos abutres,¹¹ tem complicado ainda mais o panorama crítico considerando tarefas não essenciais, quer dizer, as tarefas que precisaram ser suspensas devido à pandemia têm data incerta de volta à tarefa cotidiana, e os esforços possíveis estão concentrados nos concursos substanciados em torno às pesquisas sobre a pandemia e suas consequências. Pode se destacar a rápida resposta da comunidade científica com centenas de apresentações e ações realizadas, desde todas as áreas do conhecimento, para esse tipo de convocatórias.

A fenda política e a fenda pedagógica

O novo governo, que assumiu o cargo no dezembro de 2019, se propôs terminar com a fenda, denominação que marcou a participação proporcional entre dois modelos opostos de país vigentes na opinião pública e nas cabinas.

Argentina tem uma longa história de fendas marcadas por binômios muito empatados, tal como o marcou (e marca) o peronismo e o anti-peronismo.

Aconteceram mais outros movimentos importantes ou correntes políticas em disputas, porém, a proporção mediana de essa característica a faz distintiva e relevante para a compreensão dos tempos atuais.

Reconhecer uma população com opiniões divididas em partes quase iguais faz tempo que existe e que ocorre de maneira concomitante em outras latitudes. Porém, um fato sanitário que tem consequências políticas, econômicas, educativas, culturais e de todas as formas, parecia tiver permitido mitigar a fenda segundo algumas opiniões. Nas primeiras semanas da decisão precoce de quarentena, a opinião se volcou de maneira majoritária em favor

da toma de decisões do governo. Porém, essa noite de núpcias terminou em quanto leis como a antes nomeada, ligada à taxa especial das grandes fortunas, permitiu reabrir esta oposição de ideias. Pode se destacar que essa nunca deixou de existir, senão que se tinha mitigado na união contra a pandemia.

Em trabalhos anteriores, e a partir da recuperação da filosofia de Rancière e Pons (2016) em torno ao desacordo, caracterizamos a fenda pedagógica para nos referir a diferentes modelos, teorias educativas e funções escolares contraditórias que navegam entre a reprodução e a emancipação, ainda hoje no século XXI (Naidorf, Cuschnir, 2019).

Quando pensamos no conceito de fenda na Argentina, assim como sublinhamos, pensamos na oposição de modelos que se contrapõem em quanto sociedades que construir, elementos que visibilizar e, principalmente, na maneira em que se disputam os sentidos para uma política determinada a se implementar. No campo da Educação, sucede algo similar: o campo pedagógico “é um campo de luta de distinto tipo, não é pacífico, não é universal, não é neutral nem objetivo, e está atravessado por relações de poder. Esse campo é político, estabelece hierarquias onde intervêm distintos grupos intelectuais, acadêmicos, profissionais, trabalhadores e instituições que participam na disputa para construir hegemonia” (Naidorf, Cuschnir, 2019, p. 2).

No marco da Educação Superior, a fenda pedagógica pode se ver refletida nas posições divergentes em torno à virtualização da Educação, conforme se explicitou na seção anterior, sobre tudo através das posições de reclamações laborais (que foram respondidas), e daquelas dos porta-voz da oposição. Na prática, a diversidade de modalidades tem sido adotada. As expressões minoritárias, com ampla cobertura da mídia, incluíram a garantia de alguns membros da comunidade acadêmica,

tais como os de “infeção” e de outras críticas à extensão da quarentena. Esse último termo aparece como expressão pejorativa para qualificar as políticas de governo na pandemia, e foi difundida em uma carta assinada por membros da comunidade acadêmica.¹² Perante o enorme esforço que significou iniciar um plano de educação virtual na maioria dos níveis educativos, e, inclusive, tendo reconhecido os debates que implicaram (se tem sancionado uma Lei de Teletrabalho já explicitada), ainda existem os que pretendem não dimensionar o logro no contexto dado.

As posturas opostas aparecem no diálogo permanente com a experiência internacional, além das diferenças estacionais antes indicadas. A avaliação do desempenho ainda está em disputa.

Ao respeito das noções pedagógicas sustentadas nos tempos da redação de esse texto, se correspondem as primeiras provas acadêmicas de meados do primeiro quadrimestre. A disputa pela avaliação é pretérita. Devido a isso, as reflexões em torno a elas também coletam questionamentos prévios ao papel que adquiriu a avaliação no sistema atual. Os dilemas sobre a razão avaliadora (Giuliano, 2019) acordaram também em nós uma recente reflexão localizada (Naidorf, 2020), sempre destacando o componente latino-americano (Naidorf, Llomovatte, Ruiz, 2019) que dá cor ao olhar de todo acontecer local devido a sua intrínseca definição.

Para exemplificar, estamos na presença das primeiras defesas de tese de mestrado em modalidade virtual. A partir da série de consultas que algumas faculdades fizeram, como aquela na que desempenhamos nossa atividade de ensino (Universidade de Buenos Aires), a margem para a adoção de diversas modalidades tem sido grande, mas conta sempre com o grande apoio de professores, autoridades, e trabalhadores não professores da universidade.

Por último, queremos destacar a persistência do debate sobre o papel das universidades, que, ainda no contexto de pandemia, segue em pie. A histórica proximidade das universidades públicas nos sectores populares, a partir da reforma Universitária de 1918, inclui a extensão universitária como uma legítima atividade universitária e promove seu caráter latino-americano, tal como se pode apreciar nos trabalhos apresentados em Llomovatte, Naidorf e Pereyra (2009); em Llomovatte, S. e Juarros, F (2017); e em Guelman, A. e Palumbo, M. (2017), entre outros, foi possível relevar em tempo recorde a situação de afetação dos bairros vulnerados para ser recuperados de maneira diferenciada pelos governantes. Alguns enfoques dos apoiadores do governo anterior, como os que governam a cidade de Buenos Aires, não se deram por aludidos perante a tardia reação à reivindicação das condições mínimas de subsistência em sítios como a Vila 31 no centro da Cidade de Buenos Aires. Ali, a falta de água e a preguiça comunicada à mídia propiciou a explosão de casos, produto de la negligência. De essa forma, a fenda política e a pedagógica, noções imersas em pensar o lugar das Universidades perante a situação, nos permitem seguir refletindo sobre os modelos do país e a importância de pensar um projeto inclusivo em matéria social, económica e educativa.

Conclusões

A partir dos diálogos fraternos entre académicos e académicos do Sul, podemos afirmar que a Educação Superior atravessa tempos difíceis que nos afetam como região. As perseguições, desqualificações e ataques exercidos sobre as instituições universitárias de alguns países (como pode ser o intento de avanço sobre a autonomia universitária no Brasil),¹³ resultam alarmantes e temerárias. A sua vez

as protestas feitas durante os primeiros meses de 2020, em outros países irmãos, contam com a solidariedade dos acadêmicos e acadêmicas argentinas.

A Educação Superior se constitui como caixa de ressonância do que ocorre na sociedade. Gabriel del Mazo, o reformista do 18, considerava a universidade como “uma república menor”. A mudança de governo se poderia definir até agora pelas palavras recentes do presidente: “esse é um governo de científicos”, afirma. Vale destacar que alguns dias depois de tiver assumido o cargo, Alberto Fernández foi para a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, onde é professor de Direito Penal, a fazer a prova final. Perante a surpresa dos colegas e alunos, o gesto é, em quanto imagem e impressão, o que tentou colocar no seu governo.

A irrupção da pandemia, a três meses de tiver assumido o novo governo, manchou toda a análise da conjuntura. As medidas tomadas, e o impacto diferencial

na Educação, tiveram como característica aspectos comuns e divergentes.

Entre o comum podemos expressar o compromisso da comunidade acadêmica na rápida resposta no direito à Educação Superior. Também a ciência ao serviço da sociedade deu mostra de uma certeza próxima. A extensão e a diversidade territorial da Argentina vão marcar um rumo dissimile ao respeito da saída da quarentena. Os sectores mais afetados são os metropolitanos, em particular a cidade e província de Buenos Aires.

O retorno devagar às aulas ainda é um horizonte incerto que acha aos responsáveis dos organismos reitores da Educação Superior no armado de protocolos e de cenários possíveis.

As expectativas ainda são grandes e os desafios enormes. Nosso papel, como é usual, vai ser ficar pendentes e contribuir à sociedade com a compreensão dos processos, e um olhar comprometido, contextualizado y latino-americanista.

Notas

1. Ver: <https://www.pagina12.com.ar/157332-reflexiones-sobre-la-uni-caba>
2. Ver: <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-287680-2015-12-06.html>
3. Ver: https://drive.google.com/file/d/1MOvWh2HrKE9wdripQ5rChCTnWU4OpS_2/view
4. Ver: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/209350/20190610>
5. Ver: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/231431/20200630>
6. Ver: <https://www.pagina12.com.ar/242097-aumento-para-las-becas-del-conicet>
7. Ver: <https://www.pagina12.com.ar/246846-duplicaron-los-ingresos-al-conicet-en-2020>
8. Ver: <https://www.pagina12.com.ar/273548-alberto-fernandez-belgrano-me-inspira-apensar-que-los-argen>
9. Pode se destacar que as colegas mencionadas são todas doutoras ou pós-doutoras em Educação e altas funcionárias universitárias, uma é ex-reitora e três são ex-decanas, reforçando assim a proposta do “governo de científicas/os/es”.
10. Ver: <https://conadu.org.ar/record-de-inscripcion-en-el-curso-de-formacion-virtualorganizado-por-infod-con-el-apoyo-activo-de-conadu/>
11. Fondos do capital ou de investimento de alto risco que comprem títulos de dívida “pública ou privada” de países ou empresas em problemas, próximos no default ou à quebra, no geral de 20% a 30% do seu valor nominal para, posteriormente, litigar em tribunais internacionais para cobrar a totalidade do valor de essa dívida.
12. Ver: https://www.clarin.com/politica/-democracia-peligro-carta-abierta-intelectuales-cientificos-alerta-eficaz-relato-infectadura-_0_AxrZ-Q6O5F.html
13. Ver: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/781>

Referencias

- Aumento para las becas de CONICET. (2020, 16 de enero). *Página 12*. Recuperado de: <https://www.pagina12.com.ar/242097-aumento-para-las-becas-del-conicet>
- CONADU (2020, 22 de junio). *Récord de inscripción en el curso de formación virtual organizado por INFOD con el apoyo de CONADU*. Recuperado de: <https://conadu.org.ar/record-de-inscripcion-en-el-curso-de-formacion-virtual-organizado-por-infod-con-el-apoyo-activo-de-conadu/>
- Críticas al Gobierno: “La democracia está en peligro”, la carta abierta de intelectuales y científicos que alerta sobre el eficaz relato de la infectadura. (2020, 29 de mayo). *Diario el Clarín*. Recuperado de: https://www.clarin.com/politica/-democracia-peligro-carta-abierta-intelectuales-cientificos-alerta-eficaz-relato-infectadura-_0_AxrZ-Q6O5F.html
- Cuschnir, M. y Naidorf, J. (2020). ¿Una nueva ley de educación superior 2020?. *Revista de Investigación y Disciplinas*, Universidad Nacional de San Luis (Aceptado en prensa).
- Echenique, M. (2018, 28 de noviembre). Reflexiones sobre la UNICABA. *Página 12*. Recuperado de: <https://www.pagina12.com.ar/157332-reflexiones-sobre-la-uni-caba>
- Fernández, A. “Belgrano me inspira a pensar que los argentinos podemos hacer la utopía de un país mejor” (2020, 20 de junio). *Página 12*. Recuperado de: <https://www.pagina12.com.ar/273548-alberto-fernandez-belgrano-me-inspira-a-pensar-que-los-argen>
- Giuliano, F. (2019). *La razón evaluadora en las pedagogías críticas: reflexiones sobre la colonialidad pedagógica desde América Latina, 1954-2019* (dossier).
- Guelman, A., Palumbo, M. (2017). Pedagogías latinoamericanas y descolonización. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Bs As, Argentina. *Revista latinoamericana de investigación crítica*. ISSN 2409-1308. Año IV Núm.7 Julio-Diciembre 2017.
- Juarros, F., Llomovatte, S., Cappellacci, I. (2017). Los docentes universitarios en Argentina. Sus condiciones laborales en la actualidad. En *Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización*. UPN-RED ESTRADO – ISSN 2219-6854. Ciudad de México.
- Ley de Régimen de Promoción de la Economía del Conocimiento*. Boletín oficial. República Argentina, 10 de junio de 2020.
- Llomovatte, S., Juarros, F., y Kantarovich, G. (2013). *Reflexiones prospectivas sobre la universidad pública*. Editorial de Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.
- Llomovatte, S., Naidorf, J., Pereyra, K. (compiladoras). (2009). *La Universidad Cotidiana. Modelos y experiencias de transferencia social*, EUDEBA, Buenos Aires.
- Llomovatte, S. y Juarros, F. “Construcción y circulación de saberes socialmente demandados. Territorialización e integralidad de las prácticas académicas en la experiencia universidad argentina”. *Revista latinoamericana de investigación crítica*. ISSN 2409-1308. Año IV, Núm. 7, julio-diciembre 2017. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Bs As, Argentina.
- Modificación de *Ley de Educación Nacional*. Buenos Aires. Boletín Oficial. República Argentina, 30 de junio de 2020.
- Naidorf, J. Llomovatte, S. Ruiz, M. (2019). “El componente latinoamericanista de la Reforma Universitaria de 1918”. En Ricca, G. “*la revolución de las conciencias*” disputas en el centenario de la reforma universitaria. Universidad Nacional de Río Cuarto.
- Naidorf, J., y Cuschnir, M. S. (2019). La grieta pedagógica: temas de educación del siglo XXI. (The Pedagogical Rift: Issues in Education in the 21st Century). *Revista Eletrônica de Educação*, 13(3), pp. 813-826.
- Naidorf, J. (2020). *Estudiantes, confiamos en su sed de saber ¿o no?* Universidad Federal de Uberlândia, Brasil. (Aceptado en prensa).
- Naidorf, J., Monfredini, I., Nápoli, M. (2019). El significado de la autonomía universitaria en tiempos de bloqueo intelectual. *Revista Ambiente Educación*. 12(3), pp. 299-315.
- Naidorf, J. Perrotta, D. Riccono G. Nápoli M. (2020). políticas universitarias na argentina: sistema nacional de pesquisadores de professores universitários em la mira. *Revista Roteiro*, Vol. 45, pp. 1-22.
- Proyecto de Ley de Régimen de Teletrabajo*. Boletín Oficial. Buenos Aires. República Argentina, 26 de junio de 2020.
- Rancière, J., y Pons, H. (1996). *El desacuerdo: política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva visión.
- Zaiat, A. La CEOcracia, en el periódico *Página 12*, 5 de diciembre de 2015.
- Zuazo, Natalia (2018). *Los dueños de internet. Cómo nos dominan los gigantes de la tecnología y que hacer para cambiarlo*. Editorial Debate.